EDITORIAL

EDUCAÇÃO PARA TODOS: COMPROMISSO ASSUMIDO PELO BRASIL

EDUCATION FOR ALL:
COMMITMENT UNDERTAKEN BY BRAZIL

No ano 2000, governos de 164 países reuniram-se no *Fórum de Educação para Todos*, em Dacar, Senegal, sob a égide da Unesco, e firmaram um acordo histórico para que seis objetivos fossem atingidos até 2015: cuidados na primeira infância, universalização do ensino primário gratuito e obrigatório, aprendizagem de jovens e adultos, redução das taxas de analfabetismo, igualdade entre homens e mulheres nas oportunidades educacionais e qualidade da educação.

No Brasil, grandes passos apontam para uma valorização da escola: a ampliação do ensino fundamental para nove anos e o piso salarial nacional para os professores do magistério público da educação básica. Mas esses avanços ainda não são suficientes para atingirmos os seis compromissos assumidos. Segundo levantamento realizado pela Unesco (2008), é verdade que, quando se leva em consideração apenas o acesso, nosso País está prestes a atingir o objetivo de universalização da educação obrigatória. Entretanto, sua pior situação está no indicador de qualidade, com uma desastrosa taxa de evasão na 5ª série: entre os 129 países avaliados, "o Brasil ocupa a 93ª posição. Além disso, encontra-se em risco de não reduzir pela metade a taxa de analfabetismo e de não alcançar a paridade de gêneros nos ensinos fundamental e médio" (UNESCO, 2008, p. 12).

É evidente que, para assegurar o cumprimento desses compromissos, são necessários estudos e pesquisas que analisem e discutam a realidade do ensino brasileiro, visando superar os entraves e fortalecer as experiências de sucesso. Trabalhando nesse sentido, compõem o 27º número de nossa revista nove artigos.

Inicialmente, valendo-se de dados obtidos em *surveys* educacionais no Brasil, Décio Azevedo Marques de Saes constrói sua argumentação sociológica sobre o fracasso escolar das crianças de classes populares, concluindo não haver solução mediante o modelo capitalista de sociedade.

Visando repensar a atividade didática universitária para os trabalhadores-estudantes, Maria Eugênia Castanho pesquisa as complexas relações entre trabalho e educação superior, partindo dos pontos de vista de concluintes do curso de enfermagem e de seus docentes.

Sob uma ótica original, Maria Lúcia Ferreira de Figueirêdo Barbosa aborda a auto-imagem de alunos do Projeto Brasil Alfabetizado, contribuindo com uma nova maneira de considerar a relação entre o conceito de auto-estima e a inserção de adultos analfabetos no mundo da escrita.

Nesse período de crescimento da escola inclusiva, a constituição da identidade profissional do docente da educação especial é apresentada por Maria Edith Romano Siems, que, fundamentada na perspectiva histórico-cultural, entrevista professoras da rede pública do ensino fundamental.

Regina Cury e Lina Cardoso Nunes analisam o impacto de *softwares* educativos lúdicos para a aprendizagem de crianças no ensino de informática. Segundo as professoras, os jogos para computador auxiliaram em suas práticas voltadas para a educação reflexiva e participativa.

Adriana Conde Rocha e Lúcia Regina Goulart Vilarinho desvelam como a promoção da autonomia ocorre no âmbito da aprendizagem *online*, apresentando os resultados de uma pesquisa com professores em exercício matriculados em um curso de especialização oferecido a distância.

Raquel Aparecida Souza e Marcelo Soares Pereira Silva discutem as reformas gerenciais na administração brasileira, impostas na década de 1990, visando reduzir custos no setor governamental e transformar as universidades federais em entidades públicas não-estatais mais voltadas para os interesses do mercado.

A partir da confrontação de textos de Adorno, Benjamin e Bourdieu, Maria José Dozza Subtil analisa a evolução do conceito de indústria cultural, com o advento da tecnologia na sociedade capitalista de consumo, e defende a reflexão como condição da educação dos sentidos, necessária para a urgente desalienação do sujeito.

Finalizando este número, um estudo teórico sobre a questão do atual silenciamento docente é efetuado por Danilo Di Manno de Almeida, que situa a condição pessoal e institucional do professor e seu sentimento de déficit existencial decorrente do desgaste intrínseco à ação de ensinar.

Como de costume, estão apresentadas as Normas para publicação (p. 319-320) e relacionados os 41 Consultores *ad hoc* (p. 262) que colaboraram com os membros do Conselho e do Comitê Editorial na avaliação dos artigos postulados para publicação durante o ano de 2008.

Antônio Villar Marques de Sá

Editor

Referência

UNESCO. *Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008*: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? Brasília: Unesco, 2008. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/relatorioEPTBrasil2008>. Acesso em: 6 fev. 2009.